

ABRILADAS

DO PRONUNCIAMENTO DE 1961 À REVOLTA MILITAR DE 1974

1. INTRODUÇÃO

No período conturbado que a nossa História regista com a designação genérica de "Lutas Liberais", ficou conhecido por "ABRILADA" o movimento militar de 30 de Abril de 1824, encabeçado pelo Infante D. Miguel, o qual se propunha esmagar a "pestilenta cáfila de pedreiros livres" que acusava pretenderem atentar contra a vida do Rei D. João VI. Esta sublevação, que não teve o apoio do próprio monarca, terminaria com o embarque forçado de D. Miguel numa fragata que o conduziu a França.

O termo "ABRILADA", tal como o de "VILA-FRANCADA" (referente a uma anterior revolta miguelista, em Maio de 1823) soam aos nossos ouvidos de forma depreciativa, assim como a querer significar que, num e noutro caso, se tratou de acções pautadas por grande dose de levandade. O bom senso não era, de facto, um atributo característico da personalidade de D. Miguel.

Nos nossos dias, a expressão "ABRILADA" voltou a ser usada por alguns autores¹ para se referirem a dois movimentos militares mais recentes, ocorridos, também, num mês de Abril: o falhado pronunciamento militar de Abril de 1961, liderado pelo então Ministro da Defesa, General Júlio Botelho Moniz, e, naturalmente, a acção militar que derrubou, em Abril de 1974, o regime do Estado Novo. Embora seja nossa opinião que as semelhanças entre a "ABRILADA" original e as outras duas atrás referidas se esgotam no calendário, existem entre estas últimas analogias e contrastes cuja análise pode contribuir para um melhor entendimento do comportamento das Forças Armadas (FA) portuguesas na segunda metade do século XX.

Os episódios da nossa História recente que vamos abordar permitem realçar que a formação militar, assente em princípios rígidos de obediência, lealdade e disciplina, se foi usada pelo regime do Estado Novo para manter os militares afastados da política, fomentou igualmente, no seio da Instituição, sentimentos de grande coragem e patriotismo que permitiram às FA participar activamente na resistência à ditadura.

2. O PRONUNCIAMENTO DE ABRIL DE 1961

Os acontecimentos de Abril de 1961 são parte importante de uma situação política de crise, cujos episódios mais significativos têm lugar no início do mesmo ano. Assim, por ordem cronológica, citaremos:

- O assalto ao paquete "Santa Maria", levado a cabo por elementos da oposição ao Regime Salazarista (22 de Janeiro);
- A rebelião dos trabalhadores indígenas do algodão, na Baixa do Cassanje/Distrito do Congo/Angola (últimos dias de Janeiro e início de Fevereiro);
- O assalto à esquadra da PSP, em Luanda (04 de Fevereiro);
- Os massacres generalizados, organizados pela União dos Povos de Angola, no Distrito do Congo/Angola (início em 15 de Março).

¹ É o caso da obra *As Forças Armadas e as crises nacionais – A Abrilada de 1961*, da autoria do Cor. Fernando Valença, Ed. Europa-América, onde recolhemos valiosa informação para o presente trabalho.

Perante esta situação, alguns dos principais responsáveis militares e político-militares decidem manifestar a sua apreensão por aquilo que consideram ser a incapacidade do governo e do próprio regime para fazer frente à grave crise que o país atravessa. Os principais actores dessa quase conspiração são tudo personalidades que deveremos considerar afectas ao Regime. Sem pretendermos, obviamente, ser exaustivos, citaremos as seguintes:

- General Júlio Botelho Moniz, Ministro da Defesa (MDN). Ex-Ministro do Interior (1944-47) e ex-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (1955-58).
- General Albuquerque de Freitas, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA).
- Coronel Almeida Fernandes, Ministro do Exército (ME).
- Coronel Francisco da Costa Gomes, Subsecretário do Exército.
- Coronel Kaulza de Arriaga, Subsecretário da Aeronáutica.

Acrescente-se que os demais intervenientes no pronunciamento militar que se seguiria eram a maioria dos titulares da estrutura de comando do Exército, isto é, o Governador Militar de Lisboa, os Generais Comandantes das Regiões Militares e os Coronéis Comandantes das Unidades. Esclareça-se, ainda, que não se pretende fazer crer que todos os oficiais titulares da estrutura de Comando do Exército estavam em sintonia mental com o General Botelho Moniz. O que importa sublinhar, por constituir uma flagrante dissemelhança relativamente ao processo que conduziu ao 25 de Abril de 1974, é que, em todas as reuniões de altos responsáveis militares, que poderíamos classificar de "conspirativas", as pessoas presentes recebiam as necessárias *guias de marcha* oficiais, assinadas por quem de direito! É por esse motivo que atrás empregámos a expressão "quase conspiração", dado que tudo decorria numa toada legal, tão do agrado dos militares profissionais. Por outro lado, não eram tomadas quaisquer medidas de confidencialidade porque se acreditava, sinceramente, que era a própria Instituição Militar que se pronunciava em bloco, no maior respeito pela hierarquia e na defesa dos supremos interesses da Pátria. As virtudes militares da obediência, da lealdade e da camaradagem – por esta ordem de prioridade – assegurariam o êxito de qualquer acção de força que viesse a revelar-se indispensável. Queremos, desde já, sublinhar a enorme importância de que se revestem estes atributos éticos, sempre que a Instituição Militar enfrenta uma crise. Veremos, mais adiante, como foram determinantes em ambas as situações em apreço (1961 e 1974).

Recordemos, resumidamente, quais foram os episódios mais marcantes da "ABRILADA" de 1961:

29Fev61 - Reunião do Conselho Superior Militar

- Presentes o Ministro da Defesa, Ministros do Exército e da Marinha, Subsecretário da Aeronáutica e Chefes do Estado-Maior dos 3 Ramos.
- O CEMFA, Gen. Albuquerque de Freitas, expõe ao Conselho o conteúdo de um memorando por si elaborado que, no nosso entender, caracteriza, em termos ideológicos, as motivações que vão conduzir ao pronunciamento. Por se tratar de um texto pouco divulgado, permitimo-nos respigar algumas das passagens mais importantes.

...É, por certo, do conhecimento dos governantes que existe, largamente generalizado em Portugal, o sentimento de que o regime político nacional se mantém só porque as forças militares o apoiam.

A maioria dos elementos destas próprias forças – na qual nos incluímos – está plenamente convencida de que esse sentimento corresponde à realidade.

De resto, o Governo, depois do que se passou nas últimas eleições presidenciais, deve ter ficado bem esclarecido acerca da sua segurança por intermédio do sufrágio universal.

A própria alteração da lei, que regulava a forma de escolha do primeiro magistrado da Nação, reflecte uma preocupação nesse campo. (...)

Ainda, para tornar a situação mais delicada, sucede que muitas figuras chegadas aos sectores mais destacados da vida pública e aos órgãos impulsores da política do Estado Novo estão a colher benefícios pessoais pelo desempenho de cargos bastante bem remunerados, ou mesmo ligadas a grupos cujos interesses económicos privados colidem, em vários casos, com os superiores interesses da Nação.

Se um tal estado de coisas é motivo de queixas amargas no continente, no ultramar – onde melhor se evidencia – o brado de protesto é geral e a tal ponto que até os elementos das forças armadas ali destacadas dele se fazem eco sem reservas. (...)

Receamos muito que (...) o bloco firme das Forças Armadas possa desagregar-se (...) É que importa não esquecer que as forças militares não constituem uma casta à parte e, ao contrário, comungam nos mesmos sentimentos das camadas sociais de categoria equivalente à sua, a que pertencem parentes, amigos e conhecidos. E, entre eles, há indivíduos independentes, sérios, dignos de crédito e nacionalistas com provas dadas que não escondem o seu desagrado quanto a muitos processos de acção política em uso, que não têm a mínima aceitação.

Verberam ainda a insistência numa tal forma de agir quando a integridade da Nação periga e, por isso, um esforço se deveria tentar para conseguir coligar o maior número possível de genuínos patriotas.

Se todos eles, sem excepção, condenam comunismo, Delgados, Galvões, etc., também, e com igual veemência, criticam os oportunistas que dizem servir abnegadamente a Revolução Nacional quando, afinal, têm vindo a servir – e com que desmedida avidez – os seus exclusivos interesses. (...)²

O teor destas citações deixa clara a intenção de, pelo menos de forma explícita, não questionar a essência do regime político. Não se fazem quaisquer referências que possam ser conotadas com as tradicionais posições da oposição democrática. Tal circunstância, perfeitamente compreensível para a época, reforçava o tom legal de todos os procedimentos e assegurava a desejada coesão das FA. Em contrapartida, o texto não deixava de ser, em termos castrenses, saudavelmente contundente. Refira-se, ainda, que o próprio Coronel Kaúlza de Arriaga, cuja ligação aos sectores mais fiéis a Salazar era conhecida, embora de forma mais moderada, concordou genericamente com o teor do documento.

29/30Mar61 - Salazar recebe o Ministro da Defesa

- O Gen. Botelho Moniz reafirma, basicamente, os conceitos constantes no memorando atrás mencionado. Avança, inclusivamente, que não bastaria proceder a uma simples remodelação governamental, mas sim uma verdadeira renovação de pessoas, métodos e orgânica e alude aos poderosos interesses que se opõem à concretização das liberdades essenciais.

- Salazar fica sentido pelo que considera ser a ingratidão de quem lhe aponta fracassos e perigos para a Nação de que fora o providencial salvador. Entretanto, procura ganhar tempo recomendando a Botelho Moniz que, sendo o Presidente da República (PR) o chefe supremo das FA, deveriam estas expor-lhe as suas preocupações e as soluções julgadas convenientes.

03Abr61 - O Ministro da Defesa é chamado a Belém

- O Presidente Américo Tomaz, previamente informado por Salazar do teor das conversas tidas com Botelho Moniz, recebe o MDN de forma cordial. Informa-o de que, efectivamente, estava

² Transcrito da citada obra do Cor. Fernando Valença.

programada uma remodelação governamental. Aproveita, contudo, para tecer os maiores elogios a Salazar e conclui aconselhando o ministro a consultar mais a fundo os comandos militares, por forma a estar seguro da opinião das FA e a manter a sua coesão.

Esta entrevista com o PR deixa Botelho Moniz convencido de que não há saída para a grave crise que o país atravessa que seja compatível com a permanência de Salazar à frente do governo. Por outro lado, ao sugerir ao MDN a realização de mais consultas aos comandos militares, Américo Tomaz denuncia a convicção da falta de unanimidade das FA relativamente às posições de Botelho Moniz. Sabia, por exemplo, que a Armada não alinharia e que o Subsecretário da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga, também não. De qualquer modo, as reuniões intensificam-se, embora quase sempre no âmbito da estrutura do Exército. A Armada, por ordem do ministro Quintanilha, deixa de participar. A Força Aérea, dada a ausência do Gen. Albuquerque de Freitas em visita oficial aos EUA, reduz significativamente a sua presença.

Das reuniões efectuadas nos dias imediatamente a seguir à ida do MDN a Belém, despertou especiais apreensões nos meios salazaristas uma realizada no Governo Militar de Lisboa e presidida pelo seu comandante, General Domingues. Assim, na noite de 10 de Abril, o Brigadeiro Santos Costa alerta Kaúlza de Arriaga para o carácter subversivo dessa reunião que, segundo julgava saber, tinham em vista a exoneração do Presidente do Conselho. Kaúlza contacta prontamente o Ministro do Exército, Coronel Almeida Fernandes, que o informa serem as reuniões perfeitamente legais e destinadas a garantir a coesão do Exército. Nesta fase dos acontecimentos, os sectores "ultra" do regime estão já profundamente alarmados. Kaúlza ordena à Força Aérea a entrada de prevenção e faz deslocar uma força de pára-quedistas de Tancos para o aeródromo-base da Portela.

11Abr61 - Os Ministros da Defesa e do Exército vão a casa do PR

- Esta audiência tem lugar já próximo da meia-noite e após forte insistência da parte dos dois ministros. Botelho Moniz informa o Presidente de que as FA consideram ser do interesse nacional a imediata exoneração do Prof. Salazar. Américo Tomaz replica "que não lhe parecia razoável o por eles preconizado" mas que iria pensar no assunto e, oportunamente, lhes daria uma resposta definitiva.

- A reunião terminou cerca das 4 horas da madrugada. À saída, é já bem visível o fortíssimo dispositivo policial (PIDE), ficando os dois ministros com a convicção de estarem já sob escolta.

Pode afirmar-se que é neste encontro que se dá a consumação do pronunciamento militar. Embora se não deva questionar a ilegalidade do acto, não podem restar dúvidas de que, do ponto de vista militar, tudo se processava com a maior lealdade.

No dia seguinte, 12 de Abril, Botelho Moniz convoca Kaúlza de Arriaga, na presença do Ministro do Exército, perguntando-lhe rispidamente quem o autorizara a colocar a Força Aérea de prevenção. Responde Kaúlza que considera ter competência própria para o fazer. Botelho Moniz acaba por o despedir, chamando-lhe velhaco e desleal.

Kaúlza dirige-se prontamente a Belém e informa o Presidente. Faz-lhe ver a urgência da adopção de medidas contra os conspiradores. Trata-se de pôr em marcha o contragolpe, utilizando habilmente, contra os que conspiram, a grave situação em Angola. Prepara-se a substituição dos ministros da Defesa e do Exército, do Subsecretário do Exército e do CEMGFA.

Nesse mesmo dia, Botelho Moniz solicita nova audiência a Américo Tomaz. Esta é recusada.

13Abr61 – Epílogo

- Às 7 horas da manhã chega a Lisboa, chamado por Botelho Moniz, o CEMFA, Gen. Albuquerque de Freitas que, como atrás referimos, se encontrava em visita oficial nos EUA. Esperavam-no no aeroporto os Generais Mira Delgado e Franco Chagas, ambos da Força Aérea, que levavam instruções de Kaúlza de Arriaga para que entrasse de imediato em contacto com ele. Freitas, contudo, dado que tinha sido chamado pelo MDN, segue directamente ao encontro de Botelho Moniz.
- Pelas 10 horas, depois de se inteirar da situação, vai então falar com o Subsecretário da Aeronáutica a quem revela, com toda a lealdade, que às 17 horas teria lugar uma reunião na qual compareceriam, além do MDN, o ME, o respectivo Subsecretário (Cor. Costa Gomes), os Chefes de Estado-Maior dos 3 Ramos e outros chefes militares. Nessa reunião se ponderaria, em definitivo, se o Prof. Salazar deveria ou não ser demitido. Em caso afirmativo, a demissão seria imposta ao PR que a aceitaria ou seria igualmente afastado do cargo.
- Kaúlza de Arriaga não perde tempo. Chama o chefe da casa militar do PR, Gen. Humberto Pais, e reitera a necessidade da exoneração dos conspiradores, antes do início da reunião.
- O resto do dia é consumido, do lado dos conspiradores, com fatais hesitações sobre o uso da força. Não existia qualquer plano para o deslocamento e emprego de forças e, por outro lado, o medo de iniciar uma guerra civil manietava muitos dos oficiais do grupo de Botelho Moniz, entre os quais o próprio Ministro do Exército.
- Cerca das 15 horas, o contragolpe materializa-se. A Emissora Nacional anuncia as exonerações dos Ministros da Defesa e do Exército, do Subsecretário do Exército e do CEMGFA. O CEMFA, Gen. Albuquerque de Freitas, certamente por intervenção do Cor Kaúlza de Arriaga, é poupado.
- A reunião prevista para as 17 horas não deixa, contudo, de se realizar. No entanto, estão ausentes o CEMGFA (por se encontrar em Washington numa reunião da NATO) e o CEME, Gen. Câmara Pina. Do Exército, estão presentes, entre outros, os Generais Comandantes das Regiões Militares do Porto, de Tomar (que comanda directamente a Divisão NATO aquartelada em Santa Margarida) e o Governador Militar de Lisboa. Da Força Aérea apenas comparece o Gen. Albuquerque de Freitas e a Armada não se faz representar. Presente, também, o ex-Presidente da República, Marechal Craveiro Lopes, pronto a assumir a presidência, no caso de se tornar necessário o afastamento de Américo Tomaz. Incapazes de reagir ao início do contragolpe, impreparados para uma acção de força que não admitisse réplicas e, conseqüentemente, esmagados pelo receio de uma guerra civil, os conjurados de Abril de 1961 decidiram, disciplinadamente, renunciar a qualquer acto ilegítimo e acatar as ordens das novas chefias militares.

Seguiu-se, como é sabido, uma longa guerra de 13 anos, em Angola, Moçambique e Guiné. Esta guerra, cujo início havia gerado a crise que levou à "ABRILADA" de 1961, constituiu, também, o maior elo de ligação entre aquele movimento militar e o de 25 de Abril de 1974. Sobre este último movimento militar nos debruçaremos na 2.^a parte deste trabalho.

David Martelo – 1995